

A MAÇONARIA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Márcio Maciel Bandeira *

SUMÁRIO

A participação da Maçonaria no movimento de independência do Brasil releva as figuras de Gonçalves Ledo e José Bonifácio. Dois maçons influentes junto ao príncipe regente Dom Pedro que suspende as atividades da Ordem para averiguações no tocante a quem apoiava as suas ideias. Ledo e Bonifácio defendiam posições divergentes, razão pela qual a maçonaria era palco de uma luta intestina, representada pelas correntes liberais que buscavam manter a união do Brasil com Portugal e outras que buscavam a separação total e até um regime republicano. Mesmo havendo diferenças internas, a Maçonaria levou o príncipe a tomar decisões e por fim proclamar a independência do Brasil.

Palavras Chave: Maçonaria. Brasil. Independência.

ABSTRACT

The participation of Freemasonry in the independence movement of Brazil is the figures of Gonçalves Ledo and José Bonifácio. Two influential Freemasons by the Prince Regent Dom Pedro suspending the activities of the Order for inquiries regarding who supported his ideas. Ledo and Bonifácio defended divergent positions, which is why Freemasonry was the scene of a fight interna, represented by liberal currents to maintain Brazil's union with Portugal and others who sought total separation and even a republican regime. Even with internal differences, Freemasonry took the Prince to make decisions and finally proclaim Brazil's independence.

Key Words: Freemasonry. Brazil. Independence.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga qual foi a real participação dos maçons, e da maçonaria enquanto instituição, no movimento de independência do Brasil. Na historiografia brasileira existem inúmeras citações de que o movimento foi encabeçado pelos maçons, e que estes muitas vezes influenciaram o Príncipe Regente D. Pedro na decisão de tornar o Brasil independente de Portugal.

As passagens nos livros de história do Brasil não adentram nos detalhes da participação da maçonaria neste momento, muitas vezes se limitando a informar que determinado personagem seria maçom. Quando muito os autores enaltecem a participação de Joaquim Gonçalves Ledo e, principalmente, de José Bonifácio de Andrade e Silva como líderes do movimento maçônico e mentores da independência.

Pelo lado da doutrina maçônica verificamos que os autores maçônicos enaltecem a importância da maçonaria na independência do Brasil, e elevam José Bonifácio à categoria de patrono do movimento de liberdade, e também ressaltam o papel de

Joaquim Gonçalves Ledo, mas muitas vezes transmite uma idéia de harmonia dentro da maçonaria, passando uma imagem de ideal comum entre os dois líderes.

Muitos autores chegam a dizer que a maçonaria teria proclamado a independência em 20 de Agosto de 1822 dentro de seus templos (SOUSA, 2006), mas isto já foi demonstrado como erro de interpretação na data da reunião, já que os maçons não utilizam o calendário civil, e sim um calendário próprio, tendo sido realizada em 09 de Setembro daquele ano. Mas, indiferente disto é possível verificar a importância que os maçons dão a sua participação no movimento de independência.

No desenvolver do trabalho procuremos revelar como era a relação entre a maçonaria e o Príncipe Regente, além da influência de Ledo e Bonifácio sobre o futuro imperador. Contudo, a maior ênfase será nos embates entre os dois líderes da maçonaria brasileira no ano de 1822, e como isto irá refletir nas decisões de D. Pedro, e quais suas conseqüências para a maçonaria.

O trabalho se baseia numa pesquisa bibliográfica, na qual delinearemos o papel desempenhado pelos maçons e a maçonaria nos momentos que antecederam o rompimento do Brasil com Portugal. Diante das lacunas existentes, em termos acadêmicos, sobre produções acerca da maçonaria no Brasil, nosso estudo se ancora nos trabalhos desenvolvidos por CASTELANI (2000), SOUSA (2006) dentre outros, e através de textos conseguidos on line, nas páginas da internet, que procuraram enfatizar sobre aspectos concernentes a maçonaria no período privilegiado para o estudo.

Ao final pretendemos chegar a uma análise sobre a intensa participação da maçonaria, e dos maçons, na independência do Brasil, tentando esclarecer o que a historiadores brasileiros não detalham, bebendo diretamente nas fontes maçônicas, e em alguns estudos acadêmicos, conforme já mencionamos, tomando cuidado com os discursos apaixonados construídos pelos autores maçons.

2 – A MAÇONARIA E SUA CHEGADA AO BRASIL

A maçonaria é uma instituição que chama atenção dos curiosos, já que para muitos se trata de entidade secreta, só que muitos desconhecem sua história e sua finalidade.

É muito comum ao se escrever sobre as origens da maçonaria, principalmente entre os maçons, falar que sua origem se perde nas brumas do tempo. Alguns remetem aos egípcios, outros as escolas iniciáticas gregas, outros dizem que surgiu no momento em que o homem passou a crer em um ser espiritual. Na verdade a concepção que

consideramos a mais lúcida nos é apresentada pelo escritor Luiz Carlos Silva, em que demonstra que a maçonaria é parte de uma unidade fundamental de todos os mistérios e tradições religiosas, sendo esta unidade a doutrina iniciática.

Esta definição sobre a origem da maçonaria nos faz entender sua filosofia, já a maçonaria moderna, tal como conhecemos hoje, é herdeira direta das corporações de ofício de pedreiros e arquitetos responsáveis pelas construções de templos religiosos na Idade Média. A importância e os conhecimentos adquiridos por estas corporações fizeram com que pessoas, estranhas aos ofícios, tentassem ingresso na Ordem. Estes novos membros eram chamados de livres e aceitos, e passaram a dar nova ênfase a Ordem, passando do trabalho operativo, a construção de igrejas, para o especulativo, a construção do edifício moral do homem utilizando-se da simbologia dos instrumentos de trabalho dos pedreiros e arquitetos.

Como instituição regida por regras a maçonaria terá suas normas compiladas por dois pastores protestantes ingleses: James Anderson e J.T. Desaguliers em 1717. Sendo que em 1723 o primeiro criará a chamada *The Constitutions the Free-masons*, obra de caráter universal seguido até hoje pelos maçons (BECK, 2005). Ainda em 1717 quatro lojas de Londres resolvem criar uma entidade geral e reguladora, fundam a Grande Loja de Londres. Haveria ainda outras regras criadas, e novas Grandes Lojas e Grandes Orientes, mas a Constituição de Anderson, e a criação da Grande Loja foram o embrião da maçonaria moderna.

Com relação ao Brasil é difícil precisar quando a maçonaria se instalou aqui, já que não temos notícia de qual foi o primeiro maçom a chegar ao Brasil, nem qual o primeiro brasileiro a ser iniciado na ordem maçônica. Muitos acreditam que o próprio Tiradentes, já na inconfidência mineira fosse maçom, assim como seus pares. Não há provas concretas disto, mas, sem dúvida, seus ideais tinham eco nos ideais libertários franceses e norte-americanos, que por sua vez estão intimamente ligados a maçonaria.

Já a partir de 1800 temos informação da existência de Lojas Maçônicas no Brasil, mesmo que de forma clandestina. Há informações de várias lojas em vários lugares do Brasil, mas é em Pernambuco que a atividade maçônica terá certo destaque, sendo os maçons líderes do movimento de 1817. Tal envolvimento levará D. João VI a proibir a maçonaria no Brasil em 1818 (ACIOLY, S/D). Fato que perdurará até 1822.

Em 1822 o movimento pela independência do Brasil reunirá os maçons em três lojas no Rio de Janeiro: Comercio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Nictheroy. Estas lojas se reuniram no Grande Oriente Brasílico, que terá como objetivo

principal o aprofundamento da discussão sobre a crise entre o Brasil e Portugal que se instalará em função da Revolta do Porto (1820), e defenderá a independência do Brasil.

Nos quadros da maçonaria se destacou o papel de Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrade e Silva. Gonçalves Ledo homem de negócios iniciou os estudos de Direito em Coimbra, porém não concluiu para cuidar dos negócios da família. Bonifácio estudou Ciências Naturais e Direito em Coimbra, morou mais de trinta anos na Europa, tendo passado dez anos de sua vida percorrendo aquele continente, e de volta ao Brasil (1819) foi Vice-Presidente da Junta Governativa de São Paulo (1821), e depois foi para o Rio de Janeiro onde foi nomeado ministro do príncipe regente D. Pedro.

Estes dois homens influenciaram os destinos do Brasil e da maçonaria nos idos de 1822, a independência do Brasil será o tema do debate entre os dois, e a maçonaria não ficara imune a isto.

3 – DOIS MAÇONS E UM IDEAL: A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O brado de 1822, do príncipe D. Pedro, está enraizado no imaginário popular como mito fundador da nação brasileira, com o qual teria cortado o cordão umbilical que nos ligava a metrópole europeia, Portugal. A crença nesta ruptura abrupta do sistema colonial, e que este ato de rebeldia do príncipe atendia aos anseios da população brasileira, peca ao deixar de analisar vários elementos da política externa e interna, que vão desde ventos eufóricos da Revolução Francesa e seus ideais, mesmo que seja pelos canhões de Napoleão Bonaparte, passa pelo recrudescimento por partes dos portugueses sediados na Europa a partir da revolta do Porto, e chega até e a um sentimento lusofóbico por parte de camada da população brasileira.

Pela corrente marxista, por muito aplicada no Brasil através das análises de Caio Prado Júnior, a independência brasileira é vista como resultado do esgotamento de um modelo econômico, e das tensões sociais dentro da colônia. Neste aspecto sigo a análise de Jorge Miguel Pedreira, que não enxerga um esgotamento das riquezas acessíveis neste momento histórico, nem uma tensão mais forte entre os negros e seus senhores, apesar de sempre existirem, num período imediatamente anterior a 1822. Mas, sem dúvida, 1822 foi o desfecho de um processo onde se chocaram várias forças, externas e internas, e que encontrou em Pedro a figura para assumir o papel de protagonista, e que assim passaria para história.

O movimento liberal em Portugal refletirá internamente na outra ponta do Reino Unido, o Brasil. Os movimentos políticos na Europa e no Brasil vão colocando a família real em situação delicada, que levou a volta de D. João VI a Portugal, deixando D. Pedro no Brasil a frente do fogo cruzado entre as correntes liberais do Brasil, que se dividiam entre aquelas que buscavam manter a união do Reino Unido e outra que buscava o rompimento total, e até um regime próximo a uma República.

Na história do Brasil sempre que se refere ao movimento de independência se faz referência a maçonaria, e aos maçons, e sua participação para sua concretização, mostrando que a instituição foi uma das defensoras das idéias liberais no Brasil. Entretanto, não está claro como se deu a participação efetiva da maçonaria, se foi no campo das idéias, se houve a reunião deliberada dos maçons no sentido de provocar o rompimento com Portugal. O que se verifica é que a posição da maçonaria não era homogênea, e que havia uma divisão interna que refletia a divisão política no Brasil e suas posições com relação ao movimento liberal de Portugal.

Ao se personificar as forças políticas brasileiras, principalmente no ano 1822, veremos que de um lado a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva e do outro Joaquim Gonçalves Ledo, os mesmos que travavam uma luta intestina na maçonaria brasileira, sendo esta mais um campo de batalha entre os dois, que usaram também da imprensa com forma de influência naquele momento, buscando cada um o apoio do príncipe regente para suas posições.

As elites brasileiras dividiram-se, ao longo dos anos de 1821 e 1822, em varias tendências, das quais as mais importantes foram identificadas por Lúcio Bastos Neves como elite coimbrã e elite brasiliense. (LUSTOSA, 2006, p. 142)

Bonifácio mente ilustrada que não acreditava na ruptura do Reino Unido, e, apesar de ter vivido em Portugal dos 20 aos 56 anos de idade, era sim um defensor do ideal brasileiro, na medida em que buscava a valorização do Brasil no reino, e até fazer do Brasil a sede do reino. Contudo, as posições das Cortes portuguesas, reunidas em Assembléia constituinte, que tentavam reduzir o Brasil a uma condição de inferioridade, praticamente retornando a situação anterior a 1808, levaram por fim Bonifácio a causa da independência.

Pela elite brasiliense despontava Ledo, que tinha sérias inclinações republicanas, tese muito comum na maçonaria brasileira nos séculos XVIII e XIX, mas que por fim

aceitava uma solução monárquica, desde que Constitucional, e com forte feição republicana.

Na maçonaria estes personagens também marcavam posições, estando sentados nas duas das principais cadeiras da instituição em 1822, sendo José Bonifácio o Grão-Mestre e Ledo o Primeiro Vigilante do Grande Oriente Brasílico, entidade que congregava as lojas maçônicas da época. Mas apesar de Ledo esta subordinado a Bonifácio na maçonaria, o primeiro irá se utilizar da Ordem para tentar anular a força do Grão-Mestre junto ao príncipe regente, com atos maçônicos, que refletiram muito além das colunas das lojas. Os dois vão travar uma verdadeira guerra de influência, cada um se utilizando de suas armas, para convencer o Príncipe Regente de qual seria a melhor saída para o Brasil, diante da crise política em Portugal, que culminou com a convocação das cortes portuguesas para elaborar uma Constituição para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

3.1 - As Cortes Portuguesas e a Assembléia Constituinte Brasileira

A Revolta do Porto (1820) precipitou uma crise em Portugal de caráter liberal, desejosos de diminuir os poderes do D. João VI, e buscando resgatar a tradição colonial de Portugal. Em 26 de Janeiro de 1821 iniciam-se os trabalhos das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes de Portugal, entretanto, neste primeiro momento sem a participação de deputados brasileiros. Nas cortes portuguesas José Bonifácio de Andrade e Silva exerceria sua influência, e apresentaria seu projeto de nova concepção de Reino Unido, sendo representado por seu irmão Antônio Carlos de Andrada e Silva, deputado constituinte por São Paulo.

Os deputados portugueses queriam o retorno do Príncipe Regente para Portugal, já que D. João VI já havia retornado, e defendia a permanência do reino Unido, contudo, com o poder centralizado em Portugal em todas as esferas: legislativo, executivo e judiciário. Sendo que o Brasil seria dividido em províncias, que seriam governadas por juntas, mas todas subordinadas diretamente a Lisboa.

Bonifácio, representado pelo irmão mais novo nas cortes portuguesas, defendia a manutenção do Reino Unido, mas que prevaleceria o princípio federativo, não ficando nenhuma das partes subordinada a outra.

Tal reconhecimento levaria à necessidade da delegação de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário deveriam ser representados

nas unidades provinciais e, também, por intermédio do príncipe herdeiro, no Rio de Janeiro. Refutava, assim, a idéia da centralização como condição para a unidade da nação portuguesa e, neste aspecto, utilizou-se frequentemente do império britânico como exemplo. (BERBEL, 2006, p.194)

A estratégia de Bonifácio de conseguir nas cortes portuguesas manter a união entre Brasil e Portugal não funcionou, já que os deputados portugueses ficaram irredutíveis, e alguns deputados brasileiros, em virtude de seus interesses locais, ficaram simpáticos a tese dos portugueses. Joaquim Gonçalves Ledo também desempenharia um papel importante para o fracasso de Bonifácio, o primeiro vai articular a convocação de uma Assembléia Constituinte no Brasil convocada por D. Pedro, contra a vontade de seu Ministro José de Bonifácio. Após do dia do Fico, Ledo, utilizando-se da imprensa, apresenta uma representação pedindo a convocação da constituinte brasileira, tendo D. Pedro publicado decreto em 03 de Junho de 1822. Isto caracterizou uma derrota para Bonifácio, que acarretaria sua renúncia do ministério e o retorno, fugido, de seu irmão abandonando as cortes portuguesas. Assim sua estratégia falhou, mas ele retornará mais forte, e agora se posicionará pela independência do Brasil, e seu retorno trará graves conseqüências para Ledo e para a Maçonaria.

3.2 - A Imprensa Maçônica

A impressão de textos no Brasil foi proibida até 1808, quando da chegada da família real no Brasil. Entre 1808 e 1821 a imprensa brasileira teve uma liberdade limitada, sendo os jornais Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) e O Patriota (1813-1814) os únicos a funcionarem durante muitos anos no território brasileiro, e apenas faziam referências aos atos reais e a traduções de textos publicados nos periódicos europeus (LUSTOSA, 2003).

O jornalismo brasileiro independente surge na realidade fora do Brasil, mais precisamente em Londres, trata-se do Correio Braziliense, editado por Hipólito da Costa. Este jornal é a primeira demonstração pública de um maçom brasileiro na imprensa, já que seu editor foi iniciado na Ordem Maçônica nos Estados Unidos da América. Em 1802 Hipólito da Costa foi preso em Portugal por causa de suas atividades maçônicas, chegando a ser interrogado pelo Santo Ofício. Após três anos de prisão foge para a Inglaterra, onde a Maçonaria era praticada mais livremente, fundando lá o

Correio Braziliense, que era enviado clandestinamente para o Brasil. Hipólito da Costa viveu na Inglaterra até sua morte em 1823.

A partir de 1821 começa a haver a publicação de jornais no Brasil com maior liberdade. Então cada grupo terá sua forma impressa de se manifestar. Assim surge outro campo de embate entre José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, os jornais.

Ledo publicará o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que como próprio nome demonstra encabeçou a campanha pela convocação da Assembléia Constituinte Brasileira. Este jornal era verdadeiramente independente, já que não possuía nenhum vínculo com o governo. Em contraposição ao *Revérbero* Bonifácio orientaria principalmente dois jornais *O Espelho*, editado por Ferreira de Araújo, ex-editor do Correio do Rio de Janeiro, e o *Regulador Brasílico-Luso* (depois *Regulador Brasílico*) editado pelo maçom frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, e que pelo seu primeiro nome já demonstrava claramente o ideal de José Bonifácio de manter o Reino, dentro de uma monarquia constitucional.

O embate entre os jornais adentrará as colunas do Grande Oriente Brasílico, e mostrará que dentro da Maçonaria a influência de Gonçalves Ledo prevalece sobre José Bonifácio, apesar de o primeiro ter um cargo hierarquicamente menor, já que Bonifácio era o Grão-Mestre e Ledo o seu Primeiro Vigilante. Contudo verificamos que nas reuniões mais importantes daquele ano de 1822 Ledo presidirá as sessões, função que caberia a Bonifácio, mostrando que este perdera seu espaço na instituição.

Na sessão de 09 de Setembro de 1822 em reunião do Grande Oriente Brasílico, sem que houvesse tempo hábil para se ter notícias do que teria acontecido no dia 07 de Setembro daquele ano, Joaquim Gonçalves Ledo presidiu uma das reuniões mais importantes da maçonaria brasileira. Tendo nesta reunião sido proposta a Independência do Brasil e a proclamação do Príncipe Regente com Imperador do Brasil, assunto que detalharemos em tópico próprio. Com relação aos jornais, nesta mesma sessão do Grande Oriente, Ledo fez aprovar moção para que o editor do *Regulador Brasílico* comparecesse a uma Assembléia Geral e desse explicações acerca de suas idéias, que para a Maçonaria (Ledo), feria os interesses do Brasil. Em caso de não comparecimento do editor, o maçom frei Sampaio, sofreria as penas maçônicas e os maçons deveria cancelar assinatura do periódico e devolver as edições anteriores. Transcrevo parte da ata daquele dia:

Sendo proposto por um dos Iir.: que a doutrina politica proclamada no periodico intitulado O Regulador éra subversiva dos principios constitucionaes e jurados n'esta Aug.: Ord.: enquanto pretendia fazer persuadir aos povos do Brazil principios aristocraticos, que não se compadecem com a liberdade constitucional, que os Brasileiros anhelão e que só pode fazer a sua felicidade politica, e muito mais, quando tal doutrina é diametralmente opposta ao systema constitucional abraçado, proclamado, jurado e seguido pelo Aug.: e Perpetuo Defensor do Reino do Brazil, e por tanto, só propria para nocer a seus interesses provando as asserções insidiosas do congresso de Lisbôa de que os aulicos do Rio de Janeiro pretendem restabelecer os despotismo o que é falso, e que por isso deveria ser chamado ao Gr.: Or.:, em assembléa geral, o redactor d'aquelle periodico, para ser reprehendido, por procurar propagar taes principios desorganizadores, em contravenção aos juramentos que prestára n'esta Aug.: Ord.:, quando foi empossado no lugar que occupa no quadro n° 1 foi approvada a proposição debaixo da comminação de penas MMAç.: no caso de desobediencia ao chamamento, ficando logo resolvido, que deveria effectuar-se o comparecimento em assembléa, que então se destinou para o dia 23 do mesmo mez, e que aquelles dos nossos Iir.: que fosse assignantes do Regulador, enviassem immediatamente ao redactor os numeros do mesmo periodico, que tivessem, com carta em que lhe significassem que o dispensavão da continuação de remessa dos numeros ulteriores, bem como da restituição da assignatura recebida por se contentarem conhecer um homem com tão pouca despeza. (<http://www.glojars.org.br>).

O frei Sampaio comparecerá a sessão do dia 13 de Setembro de 1822, para afirmar que o que foi publicado não demonstrava claramente suas idéias, e que havia reproduzido extratos de correspondência de terceiros, e que nas próximas edições se retrataria expressando sua opinião pessoal, tendo 1º Vigilante Ledo, que novamente presidia a sessão, o repreendido com veemência, para depois pedir aos maçons que esquecessem aquele episódio.

Fica claro que o alvo da repreensão de Ledo não era frei Sampaio, era sim José Bonifácio. E que o primeiro usou de sua influência dentro da maçonaria para silenciar a voz de Bonifácio junto ao jornal *O Regulador Brasílico*. Era mais um movimento neste verdadeiro tabuleiro de xadrez, entre estes dois contendores maçônicos, sendo que neste momento Ledo põe em xeque a influência de Bonifácio junto ao Grande Oriente Brasílico.

Vemos que havia muito mais entre estes dois maçons além da luta pela independência do Brasil, havia sim a luta pelo poder dentro, e principalmente fora da maçonaria.

3.3 - A Luta dos Malhetes

Na Maçonaria o símbolo do poder é o malhete, no caso do Grande Oriente Brasílico em 1822 o primeiro malhete pertencia José Bonifácio, já que o mesmo detinha o maior cargo, que era o de Grão-Mestre. O Grão-Mestre Adjunto, que seria o substituto imediato de José Bonifácio, era o marechal Joaquim de Oliveira Alves. O Joaquim Gonçalves Ledo era o Primeiro- Vigilante. Porém, durante o ano de 1822, observamos que Ledo vai ganhando espaço no Grande Oriente Brasílico, e usará de seu prestígio na Maçonaria para influenciar o Príncipe Regente D. Pedro.

Como vimos em tópico anterior, na sessão do Grande Oriente Brasílico realizada provavelmente em 09 de Setembro de 1822, Joaquim Gonçalves Ledo presidiu a sessão que foi aprovado moção contra o editor do período *O Regulador*, que seguia orientação de José Bonifácio. Esta atitude servia para atingir a pessoa do Grão-Mestre, e afrontar sua autoridade dentro da Ordem Maçônica.

Nesta mesma sessão o Primeiro Vigilante fez um discurso inflamando pedindo a independência do Brasil e a proclamação de D. Pedro o Imperador Constitucional do Brasil. O termo constitucional demonstra a preocupação de dar a nova nação um cunho liberal, já que Ledo acreditava numa independência mais próxima da República, e para isto o controle constitucional seria indispensável. A ausência do Grão-Mestre em tão importante sessão demonstra o choque de interesses dos principais malhetes da Maçonaria brasileira. Vejamos mais um trecho daquela ata:

*Aberto o Gr.: O.: em Assembléa geral de todo o povo Maçon.:,
o Ill.: Ir.: 1º Vig.: dirigiu á Aug.: Assembléa um energico, nervoso e
fundado discurso, ornado d'aquella eloquencia e vehemencia oratoria,
que são peculiares a seu estilo sublime, inimitavel e nunca assaz*

louvado, e havendo elle com as mais solidas rasões demonstrado que as actuaes politicas circumstancias de nossa patria, o rico, fertil e poderoso Brazil, demandavão e exigião imperiosamente que a sua cathegoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação de nossa Independencia e da Realeza Constitucional na pessoa do Augusto Principe Perpetuo Defensor Constitucional do Reino do Brazil, foi a moção approvada por unanime e simultanea acclamação, expressada com o ardor do mais puro e cordial enthusiasmo patriotico. (<http://www.glojars.org.br>)

A luta dos malhetes ainda teve outros atos, agora com a participação direta do Príncipe Regente dentro da maçonaria. O Grande Oriente Brasílico fora criado com a intenção precípua de promover a independência do Brasil, e para este fim os maçons trouxeram D. Pedro para dentro da instituição, onde os grupos puderam novamente medir forças.

Como já vimos Bonifácio era o Grão Mestre do Grande Oriente Brasílico na sua fundação, e com o passar do tempo o Primeiro Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo irá minar a influência do primeiro dentro da ordem maçônica. O ingresso de D. Pedro na maçonaria, e seu papel dentro da instituição, será novamente motivo de atrito entre os líderes maçônicos.

José Bonifácio aprovou a iniciação de D. Pedro na maçonaria em 13 de Julho de 1822, tendo este adotado o nome simbólico de Guatimozim (SOUSA, 2006). O Grão-Mestre dispensou os trâmites e em poucos dias eleva Guatimozim ao grau de Mestre Maçom, mostrando claramente que queria trazer D. Pedro para a maçonaria para aumentar a influência sobre o futuro imperador.

Joaquim Gonçalves Ledo não ficará inerte frente esta ofensiva de Bonifácio, e tentará influenciar o neófito (maçom recém iniciado) utilizando-se da maçonaria para tal fim. No mês de Setembro de 1822 numa sessão do Grande Oriente, novamente presidia por Gonçalves Ledo, como havia ocorrido na sessão do dia 09 daquele mês, o Primeiro Vigilante comunica ao povo maçônico que D. Pedro, para a maçonaria o irmão Pedro Guatimozim, havia sido escolhido para ser o Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico. Esta sessão ocorreu em 14 de Setembro, ou seja, apenas sete dias após o “grito de Ipiranga”. Sendo que a escolha de Pedro Guatimozim como Grão-Mestre teria ocorrido em uma sessão entre o dia 09 e 14 de Setembro de 1822, cuja ata nunca foi conhecida, o que leva a desconfiar que tal eleição talvez nunca tenha acontecido, Castellani,

renomado autor maçom, assim descreve este momento de transferência de poder na maçonaria.

Nos primeiros dias após a proclamação da independência, de 7 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do Grande Oriente, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora de assembléia geral, empossando D. Pedro no cargo, a 4 de outubro de 1822. (CASTELLANI, 2000, p. 2)

Indiferente da forma que se deu a escolha de D. Pedro para Grão-Mestre, o que importa que Ledo tentou não só se aproximar mais do futuro imperador, mas, principalmente, anular o poder de Bonifácio junto a ordem maçônica. A substituição do Grão-Mestre foi um verdadeiro golpe dentro da maçonaria, retirando Bonifácio do mais alto cargo da ordem, colocando este em uma cilada, se reivindicasse seu cargo ofenderia D. Pedro, se deixasse a influência da maçonaria crescer sobre o Príncipe perderia influência sobre este. Sem dúvida a chegada de D. Pedro ao cargo de Grão-Mestre, do Grande Oriente Brasílico, foi o capítulo definitivo da luta dos malhetes entre Bonifácio e Ledo, e trará conseqüências drásticas a ordem maçônica e a seus dois líderes.

3.4 – Guatimozim e o abatimento das colunas do Grande Oriente

O mês de outubro de 1822 será decisivo para a maçonaria e seus líderes, em 04 de outubro D. Pedro é empossado Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico, já no dia 12 do mesmo mês é solenemente proclamado imperador constitucional do Brasil, tornando-se D. Pedro I.

O nome simbólico maçônico do imperador, Guatimozim, talvez já fosse uma previsão para o que se passaria no Grande Oriente, já que foi escolhido como homenagem a último imperador Asteca, morto em 1522. A entrada de D. Pedro na maçonaria acarretará seu fechamento, mesmo que temporário, sendo Pedro Guatimozim o último Grão-Mestre da primeira fase da maçonaria no Brasil.

O clima de hostilidade entre o grupo de Bonifácio e de Ledo chega ao máximo, e a maçonaria se torna um barril de pólvora pronto para explodir. Ainda dentro das manifestações pós-independência, o jornalista João Soares Lisboa, maçom ligado a Joaquim Gonçalves Ledo, publica artigo informando que D. Pedro I apoiaria a

República se o povo assim quisesse (LUSTOSA, 2006). O imperador achou tal atitude subversiva e deu oito dias para que Soares Lisboa deixasse o Rio de Janeiro.

A tendência republicana do grupo de maçons, liderada por Ledo, fez com que Imperador, e Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico, sob a influência direta de José Bonifácio mandasse suspender os trabalhos do Grande Oriente para averiguações, D. Pedro I tentava investigar quais maçons estariam de seu lado e quais poderiam ser perigoso na nova ordem que se estabelecia, como podemos verificar no texto do ato de suspensão dos trabalhos maçônicos, texto escrito de forma maçônica apresenta abreviaturas peculiares aquela ordem, datado de 21 de Outubro de 1822.

Meu Ledo: Convindo fazer certas averiguações tanto publicas como particulares na M.: mando primo como Imperador, secundo como G.: M.: que os trabalhos se suspendão até segunda ordem Minha. É o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como I.: Pedro Guatimozin G.: M.: -S. Cristovão, 21 Obro. 1822. PS -- - Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações. (CASTELLANI, 2000, p.48)

O fechamento da maçonaria fora planejado por Bonifácio sobre a acusação de que havia uma conspiração de caráter republicano, liderada por Ledo. Os maçons foram ter com o imperador, e quase imediatamente, já no dia 25 de outubro de 1822 o Grão-Mestre escreve a Joaquim Gonçalves Ledo informando que os trabalhos maçônicos deveriam ser reiniciados, além de que revogou a punição aplicada a Soares Lisboa, pedindo que o mesmo fizesse uma pequena viagem e retornasse, para que pudesse dizer que as suas ordens foram cumpridas (LUSTOSA, 2006). Transcrevemos o bilhete assinado pelo Grão-Mestre e imperador, que em tese reativaria os trabalhos da maçonaria, mas por fim não foi isto que aconteceu.

Meu I.: Tendo sido outro dia suspendidos nossos augustos trabalhos, pelos motivos que vos participei, e achando-se hoje concluidas as averiguações, vos faço saber que segunda feira que vem os nossos trabalhos devem recobrar o seu antigo vigor, começando a abertura pela G.: L.: em assembléa geral. É o que por ora tenho a participar-vos, para que passando as ordens necessarias assim o

executeis. Queira o S.: A.: do U.: dar-vos fortunas imensas como vos deseja o vosso I.:P.:M.:R.: +. (CASTELLANI, 2000, p.48)

A determinação de reabertura dos trabalhos maçônicos levará José Bonifácio a tomar a atitude drástica, que fará com que D. Pedro I decida finalmente por qual dos contendores maçônicos ele optará. Bonifácio considerou a decisão do imperador uma derrota pessoal frente a Ledo, e por isto dois dias depois da reabertura da maçonaria renuncia ao cargo de ministro. Três dias depois o imperador, em companhia de D. Leopoldina, consegue convencer Bonifácio a retornar ao governo e lhe dá carta branca para agir em defesa dos interesses de D. Pedro I.

Inicia-se um período de perseguições conhecida por a Bonifácia, que terá como principal alvo Ledo e seus seguidores, o que significa os maçons. Ainda no dia 30 vários maçons foram presos, e outros, como Ledo, tiveram que fugir temendo represálias de José Bonifácio. O bilhete transcrito abaixo mostra um verdadeiro terror dos maçons frente às perseguições aos maçons. O texto foi escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, maçom do grupo do Primeiro Vigilante do Grande Oriente, e que foi editor do Revérbero Constitucional Fluminense.

Lêdo – Escrevo precipitadamente, na contingência de ser preso pelos agentes dos Andradas. José Bonifácio nos intrigou com o Imperador, convencendo-o de que somos republicanos e queremos sua morte e expulsão. Sei pelo Clemente que a ordem de nossa prisão já está lavrada. Esse homem que se tem revelado um tigre, que não fez a Independência, que a impediu até o último instante, e que somente a aceitou quando a viu feita, agora procura devorar aqueles que tudo fizeram pela Independência da Pátria, que a conseguiram com os maiores sacrifícios. O Drummond disse que o déspota faz questão de prender você para enforcá-lo. Lembre-se do que ele disse na Igreja de São Francisco. Não se exponha, não apareça na Corte, pois o grande ódio dele recai sobre você, que foi, como dirigente da Maçonaria, o principal obreiro, o verdadeiro construtor de nossa Independência. É das escrituras. Cônego Januario – 30 de outubro de 1822.” (Texto retirado do site da Grande Loja do Rio Grande do Sul. (http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm).

Em outro bilhete, desta vez do Ministro José Bonifácio ao Intendente Geral da Polícia, demonstrava o quanto a prisão de Joaquim Gonçalves Ledo tornou-se um

questão de Estado. No próprio dia 30 de Outubro de 1822 Ledo se refugia em um sítio, tendo por fim fugido para a Argentina em Novembro daquele, juntamente com João Soares Lisboa, tendo o ministro determinado o confisco dos bens do antigo Primeiro Vigilante.

É de todo necessário que se ponha em segurança o sobredito reu Joaquim Gonçalves Lêdo, mesmo que para isso se use violências ou gastos extraordinários ou se contrate representantes estrangeiros, protetores de republicanos e carbonários. E Vossa Majestade fará o possível, se for preciso, para o apanhar de qualquer forma. Disso dará conhecimento aos seus auxiliares, sendo que gratificará quem o descobrir, pagando-se um conto de réis, se for homem livre, ou a carta de alforria, se for escravo. Texto: site da Grande Loja do Rio Grande do Sul. (http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm).

Diante destes fatos, apesar de não haver uma decisão formal do Grão-Mestre Pedro Guatimozim, que como já vimos havia permitido a reabertura dos trabalhos do Grande Oriente Brasílico, a luta entre Bonifácio e Ledo tornou inviável a reunião dos maçons, tendo a maçonaria com suas colunas adormecidas praticamente durante todo o reinado de D. Pedro I.

Bonifácio terá muita importância na construção do novo regime, que como ele idealiza teria um poder centralizado na figura do imperador D. Pedro I. Porém desavenças com relação à Assembléia Constituinte levará o imperador a destituir o ministério dos Andradas no ano de 1823, e neste mesmo José Bonifácio é deportado do Brasil.

Os trabalhos maçônicos só retomariam o antigo vigor a partir de 1829 com a fundação da Loja Educação e Moral, tendo a frente Joaquim Gonçalves Ledo, e em 1831 é recriado o Grande Oriente Brasileiro, que substituiu o Grande Oriente Brasílico, tendo como seu mentor o seu antigo Grão-Mestre José Bonifácio de Andrade e Silva, e na sua constituição uma norma se destaca, ficava proibida a discussão de temas políticos dentro dos templos maçônicos. Com certeza as feridas ainda estavam abertas.

4 - CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho chegamos a algumas conclusões, que não são nem pretendem ser definitivas. Vimos que a historiografia brasileira cita a participação da maçonaria, e dos maçons, nos momentos decisivos para definir o rompimento definitivo

do Brasil com Portugal, contudo as citações são esparsas e desconexas com o que realmente aconteceu. Cremos que um estudo detalhado mostrará que a participação da maçonaria será muito mais do que defender os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A maçonaria encabeçou um movimento organizado, mesmo que havendo diferenças internas, em que suas posições levaram o então príncipe regente D. Pedro a tomar decisões, e por fim proclamar a independência do Brasil, tendo sido imediatamente apoiado pelo Grande Oriente Brasílico. Assim concluímos que houve sim um movimento planejado, organizado e executado pela maçonaria, que teve importância considerável naquele momento.

As lojas maçônicas, e mais precisamente a reunião destas no Grande Oriente Brasílico, foi um espaço privilegiado para as discussões que levaram a independência do Brasil. Foi o solo fértil onde mentes como Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva puderam exercer suas influências sobre os maçons, e também sobre D. Pedro.

Sobre o papel dos dois líderes maçons observamos que cada um trabalhou para defender suas idéias, e que Bonifácio com o passar do tempo mudou sua opinião sobre a independência, terminando por apoiá-la e defender seu modelo de governo centralizador. Gonçalves Ledo, no entanto, muitas vezes conseguiu submeter Bonifácio a sua vontade, tendo sido muito importante para isto a sua luta pelo poder dentro da maçonaria, onde conseguiu neutralizar José Bonifácio.

Por fim verificamos que o modelo de Bonifácio vencerá, por ser mais próximo da vontade de D. Pedro I, mas a posição de Gonçalves Ledo na defesa de uma Assembléia Constituinte acelerou o processo de independência, além do ingresso do então príncipe regente na ordem para influenciá-lo.

Sobre as conseqüências para a maçonaria, apesar das colunas do Grande Oriente Brasílico terem ficado adormecidas de 1822 até praticamente o fim do primeiro reinado, achamos que o saldo deste primeiro momento da maçonaria brasileira foi positivo. Como mostramos o Grande Oriente Brasílico tinha um objetivo, a independência do Brasil. Desta forma, seu objetivo foi atingido, e se não continuou a funcionar foi porque representava claramente um perigo para D. Pedro I, já que as sementes do pensamento republicano haviam sido plantadas e já germinavam. O próprio temor sobre seu funcionamento demonstra quão forte era seu poder de organização.

Deste modo concluo que se queremos entender a independência do Brasil teremos que necessariamente discutir o papel da maçonaria, como uma entidade organizada que trabalhou por este objetivo, e não vê-la simplesmente como um local onde pessoas guardavam seus segredos de conspiração.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLANI, José. *A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República*. Rio de Janeiro: CopyMarket.com. 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. *D. Pedro I – Um herói sem caráter*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência Brasileira – Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

SILVA, Luiz Carlos. *A Maçonaria para Neófitos*. Campina Grande, 2008.

_____. *A Bíblia e o Rito Escocês Antigo e Aceito*. João Pessoa: Gráfica Krause. 2007.

SOUSA, Ailton Elisiário. *Memorial Maçônico de Campina Grande – 8 décadas e mais de Regeneração Campinense*. Campina Grande: Gráfica da UEPB. 2006.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PESQUISADO:

<http://www.glojars.org.br>.

* O autor é Membro Efetivo da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença n° 1. Venerável Mestre da Loja Simbólica Regeneração Campinense n° 2. Sublime Príncipe do Real Segredo. Advogado.